

**FORMAS DE GOVERNO E REGIMES POLÍTICOS: UMA ANÁLISE À LUZ DO
PENSAMENTO DE NORBERTO BOBBIO**

Graziele Moreira Nazário Alves¹.

Universidade Católica de Brasília - UCB, Brasília, DF.

<http://lattes.cnpq.br/2830953203753624>

RESUMO: O capítulo analisa as formas de governo e os regimes políticos à luz do pensamento de Norberto Bobbio, evidenciando sua relevância para compreender a estrutura e a legitimidade do poder político nas sociedades contemporâneas. Parte-se da tradição clássica de Aristóteles e Políbio, revisitada por Bobbio (1997), para discutir a natureza histórica, ética e cíclica das formas de governo. São examinadas as diferenças entre monarquia e república, bem como entre presidencialismo e parlamentarismo, analisando-se seus efeitos sobre a estabilidade institucional. Também são abordados os regimes democráticos, autoritários e totalitários, segundo o grau de liberdade e de participação dos cidadãos. O estudo conclui que, para Bobbio, nenhuma forma de governo é definitiva ou imune à corrupção, e que a vitalidade das instituições políticas depende da vigilância democrática e da consciência cívica. A reflexão demonstra que a teoria bobbiana permanece atual ao revelar que a democracia é um processo em constante transformação, exigindo renovação moral e política permanente.

PALAVRAS-CHAVE: Formas de governo. Regimes políticos. Norberto Bobbio.

**FORMS OF GOVERNMENT AND POLITICAL REGIMES: AN ANALYSIS IN THE LIGHT
OF NORBERTO BOBBIO'S THOUGHT**

ABSTRACT: This chapter analyzes forms of government and political regimes in the light of Norberto Bobbio's thought, emphasizing its relevance for understanding the structure and legitimacy of political power in contemporary societies. The discussion revisits the classical tradition of Aristotle and Polybius, reinterpreted by Bobbio (1997), to explore the historical, ethical, and cyclical nature of government forms. It examines the distinctions between monarchy and republic, as well as between presidential and parliamentary systems, analyzing their effects on institutional stability. Democratic, authoritarian, and totalitarian regimes are also discussed according to the degree of freedom and citizen participation. The study concludes that, for Bobbio, no form of government is definitive or immune to corruption, and that political vitality depends on democratic vigilance and civic awareness. The analysis shows that Bobbio's theory remains relevant by revealing democracy as a process in constant transformation, requiring continuous moral and political renewal.

KEYWORDS: Forms of Government. Political regimes. Norberto Bobbio.

FORMAS DE GOBIERNO Y REGÍMENES POLÍTICOS: UN ANÁLISIS A LA LUZ DEL PENSAMIENTO DE NORBERTO BOBBIO

RESUMEN: El capítulo analiza las formas de gobierno y los regímenes políticos a la luz del pensamiento de Norberto Bobbio, destacando su relevancia para comprender la estructura y la legitimidad del poder político en las sociedades contemporáneas. Se retoma la tradición clásica de Aristóteles y Polibio, reinterpretada por Bobbio (1997), para discutir la naturaleza histórica, ética y cíclica de las formas de gobierno. Se examinan las diferencias entre monarquía y república, así como entre presidencialismo y parlamentarismo, observando sus efectos en la estabilidad institucional. También se abordan los regímenes democráticos, autoritarios y totalitarios según el grado de libertad y participación ciudadana. El estudio concluye que, para Bobbio, ninguna forma de gobierno es definitiva ni inmune a la corrupción, y que la vitalidad de las instituciones políticas depende de la vigilancia democrática y la conciencia cívica. La reflexión demuestra la vigencia de su teoría al evidenciar que la democracia es un proceso en constante transformación, que exige renovación moral y política permanente.

PALABRAS CLAVE: Formas de Gobierno. Regímenes políticos. Norberto Bobbio.

FORMES DE GOUVERNEMENT ET RÉGIMES POLITIQUES: UNE ANALYSE À LA LUMIÈRE DE LA PENSÉE DE NORBERTO BOBBIO

RÉSUMÉ: Ce chapitre analyse les formes de gouvernement et les régimes politiques à la lumière de la pensée de Norberto Bobbio, en soulignant leur importance pour comprendre la structure et la légitimité du pouvoir politique dans les sociétés contemporaines. La réflexion s'appuie sur la tradition classique d'Aristote et de Polybe, revisitée par Bobbio (1997), pour discuter la nature historique, éthique et cyclique des formes de gouvernement. L'étude distingue la monarchie et la république, ainsi que le présidentielisme et le parlementarisme, en observant leurs effets sur la stabilité institutionnelle. En outre, les régimes démocratiques, autoritaires et totalitaires sont analysés selon le degré de liberté et de participation citoyenne. L'analyse conclut que, selon Bobbio, aucune forme de gouvernement n'est définitive ni à l'abri de la corruption, et que la vitalité des institutions dépend de la vigilance démocratique et de la conscience civique. Ce travail démontre l'actualité de sa théorie en montrant que la démocratie est un processus en transformation constante, exigeant un renouvellement moral et politique permanent.

MOTS-CLÉS: Formes de gouvernement. Régimes politiques. Norberto Bobbio.

INTRODUÇÃO

A organização política das sociedades humanas passou por transformações profundas ao longo da história, resultado de processos de conflito, conquista e evolução cultural. Desde as civilizações antigas, o ser humano busca compreender a natureza e a legitimidade do

poder, o que levou à formação do Estado e ao surgimento das diversas formas e regimes de governo. Na Antiguidade, Platão e Aristóteles inauguraram reflexões fundamentais sobre o tema: o primeiro idealizou uma república baseada na justiça e harmonia social, enquanto o segundo elaborou uma tipologia política que distinguia formas boas (monarquia, aristocracia e politia) e suas degenerações (tirania, oligarquia e democracia corrompida), influência que perdura na tradição ocidental.

No Renascimento, Maquiavel rompeu com a moral clássica e analisou o governo sob uma ótica realista, centrada na eficácia e na manutenção do poder. Essa abordagem marcou a transição para a ciência política moderna, unindo aspectos normativos e práticos. Entre os pensadores contemporâneos, Norberto Bobbio destaca-se por reinterpretar a tradição clássica e propor uma visão sistemática das formas de governo. Em *A Teoria das Formas de Governo* (1997), ele distingue entre o aspecto descritivo — que observa e classifica os sistemas políticos — e o prescritivo — que avalia quais seriam mais justos. Para Bobbio, a ciência política é inevitavelmente axiológica, pois carrega valores e ideologias, diferindo das ciências naturais por buscar transformar a realidade social.

O autor identifica três modos de uso das tipologias políticas: o sistemático, que organiza os dados políticos; o axiológico, que hierarquiza as formas segundo critérios de valor; e o histórico, que interpreta sua evolução no tempo. Bobbio também evidencia que as teorias políticas variam entre considerar todas as formas boas, todas más ou distinguir entre boas e más — sendo esta última a mais comum e derivada de Aristóteles. Assim, toda forma de governo pode degenerar: a monarquia em tirania, a aristocracia em oligarquia e a democracia em demagogia, revelando o caráter cíclico e instável do poder político.

Ao retomar a tradição de Políbio, Bobbio mostra que os regimes se sucedem em ciclos históricos de ascensão e decadência, refletindo a mutabilidade das instituições humanas. Sua contribuição é essencial para compreender a política contemporânea, pois fornece instrumentos teóricos para analisar criticamente as instituições e os regimes modernos à luz da cidadania, da soberania popular e da tensão entre liberdade e autoridade. Conclui-se que o estudo das formas de governo é mais do que uma análise estrutural do Estado: é uma reflexão sobre os valores éticos, sociais e democráticos que sustentam a vida política e orientam os desafios do Estado de direito no mundo atual.

OBJETIVO

Analisar as principais formas de governo e regimes políticos, a partir das contribuições teóricas de Norberto Bobbio (1997) e outros autores da ciência política, destacando suas classificações, características e relevância para a compreensão da dinâmica do poder no Estado moderno.

METODOLOGIA

O estudo possui natureza básica, com abordagem qualitativa e caráter descritivo e explicativo. O procedimento metodológico adotado foi a pesquisa bibliográfica, fundamentada

em obras clássicas da filosofia política, como *A Política* de Aristóteles, *O Espírito das Leis* de Montesquieu e *A Teoria das Formas de Governo* de Norberto Bobbio (1997). O método consistiu na leitura, interpretação e análise conceitual das diferentes tipologias de governo e regimes, relacionando-as ao contexto histórico e contemporâneo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O pensamento de Norberto Bobbio e a tipologia das formas de governo

Norberto Bobbio (1997) é um dos mais importantes teóricos da política contemporânea e, em sua obra *A Teoria das Formas de Governo*, analisa como o poder é organizado, exercido e legitimado nas sociedades humanas. Inspirando-se em pensadores clássicos como Aristóteles, Políbio e Maquiavel, o autor busca compreender de que modo as diferentes tipologias de governo refletem visões distintas sobre o poder e sobre os valores que sustentam a vida política. Para ele, as formas de governo são tentativas de classificar e hierarquizar os modos de exercício do poder político.

Bobbio destaca que toda teoria política possui um duplo caráter: sistemático e axiológico. O primeiro se refere à descrição de como os governos se estruturam e funcionam; o segundo, à atribuição de valores às formas de governo, distinguindo as boas das más. Com isso, o autor evidencia que a ciência política não é neutra, pois o cientista político, diferentemente do natural, não apenas observa os fenômenos, mas também propõe transformações na sociedade. Essa perspectiva revela o caráter normativo e ideológico das teorias políticas.

Segundo Bobbio, nenhuma classificação política é totalmente objetiva, pois está sempre condicionada por valores, contextos históricos e concepções morais. Ele identifica três modos de utilização das tipologias políticas: o sistemático, que organiza os regimes conforme critérios estruturais; o axiológico, que os hierarquiza segundo valores éticos e políticos; e o histórico, que analisa a transformação das formas de governo ao longo do tempo. Essa abordagem mostra a complexidade e o dinamismo da teoria política.

A tradição aristotélica, Bobbio explica que as formas boas de governo podem degenerar — a monarquia em tirania, a aristocracia em oligarquia e a democracia em demagogia —, evidenciando o caráter mutável e imperfeito dos regimes políticos. Sua contribuição é fundamental para compreender a política como um campo de disputa entre valores, ideias e práticas sociais. Ao unir análise empírica e reflexão moral, Bobbio oferece ferramentas teóricas que permanecem essenciais para interpretar os desafios das democracias contemporâneas.

A dimensão histórica e cíclica das formas de governo

Norberto Bobbio (1997) retoma a tradição clássica de Aristóteles e Políbio para afirmar que as formas de governo são realidades históricas dinâmicas, sujeitas a transformações, aperfeiçoamentos e corrupções. Para o autor, compreender a política exige reconhecer que o poder é um fenômeno mutável, moldado pelas circunstâncias sociais, econômicas e morais

de cada época. Assim, o estudo das formas de governo deve ir além da simples descrição institucional, considerando também os fatores humanos e culturais que determinam seu funcionamento. Nenhum regime é permanente: todos nascem, amadurecem e declinam, expressando a tensão constante entre estabilidade e mudança que caracteriza a vida política.

Inspirado em Aristóteles, Bobbio distingue as formas “puras” de governo — monarquia, aristocracia e politeia — e suas formas “degeneradas”: tirania, oligarquia e demagogia. A corrupção política, segundo ele, decorre da perda da finalidade do poder, que deve servir ao bem comum. Essa degeneração não é apenas um fenômeno histórico, mas um reflexo da fragilidade moral dos governantes e da falta de controle ético e institucional. O poder, portanto, é ambíguo: pode promover justiça ou dominação, dependendo da virtude dos cidadãos e da responsabilidade das instituições.

Bobbio também recupera a teoria de Políbio sobre a *anaciclose*, o ciclo das formas de governo, no qual as diferentes modalidades políticas se sucedem em um movimento contínuo — da monarquia à tirania, à aristocracia, à oligarquia, à democracia e à demagogia. Esse processo, para o autor, simboliza a instabilidade do poder humano e a necessidade constante de regeneração política. As mudanças nos regimes revelam crises de legitimidade e esforços de renovação, mostrando que o poder político se transforma conforme o nível moral e cívico de uma sociedade. A corrupção, nesse sentido, é tanto causa quanto efeito da apatia cidadã: quando os indivíduos se afastam da vida pública, o espaço é ocupado pela dominação e pela arbitrariedade.

Por fim, Bobbio adverte que as democracias modernas também enfrentam o risco da degeneração, não apenas por rupturas institucionais, mas pela erosão silenciosa dos valores éticos que as sustentam. Quando a participação cidadã enfraquece e a política se torna mera técnica de poder, a democracia degenera em demagogia e perde seu conteúdo moral. A teoria cíclica de Bobbio, portanto, funciona como um alerta: toda forma de governo contém em si o germe de sua corrupção. A preservação da liberdade e da justiça depende da vigilância crítica, da educação cívica e do compromisso ético dos cidadãos. A política, em sua visão, é essencialmente moral, e o destino dos regimes está ligado à virtude cívica e à responsabilidade coletiva.

Formas de governo: monarquia e república

Norberto Bobbio (1997) retoma a tradição clássica de Aristóteles e Políbio para afirmar que as formas de governo são realidades históricas dinâmicas, sujeitas a transformações, aperfeiçoamentos e corrupções. Para o autor, compreender a política exige reconhecer que o poder é um fenômeno mutável, moldado pelas circunstâncias sociais, econômicas e morais de cada época. Assim, o estudo das formas de governo deve ir além da simples descrição institucional, considerando também os fatores humanos e culturais que determinam seu funcionamento. Nenhum regime é permanente: todos nascem, amadurecem e declinam, expressando a tensão constante entre estabilidade e mudança que caracteriza a vida

política.

Inspirado em Aristóteles, Bobbio distingue as formas “puras” de governo — monarquia, aristocracia e politeia — e suas formas “degeneradas”: tirania, oligarquia e demagogia. A corrupção política, segundo ele, decorre da perda da finalidade do poder, que deve servir ao bem comum. Essa degeneração não é apenas um fenômeno histórico, mas um reflexo da fragilidade moral dos governantes e da falta de controle ético e institucional. O poder, portanto, é ambíguo: pode promover justiça ou dominação, dependendo da virtude dos cidadãos e da responsabilidade das instituições.

Bobbio também recupera a teoria de Políbio sobre a *anaciclose*, o ciclo das formas de governo, no qual as diferentes modalidades políticas se sucedem em um movimento contínuo — da monarquia à tirania, à aristocracia, à oligarquia, à democracia e à demagogia. Esse processo, para o autor, simboliza a instabilidade do poder humano e a necessidade constante de regeneração política. As mudanças nos regimes revelam crises de legitimidade e esforços de renovação, mostrando que o poder político se transforma conforme o nível moral e cívico de uma sociedade. A corrupção, nesse sentido, é tanto causa quanto efeito da apatia cidadã: quando os indivíduos se afastam da vida pública, o espaço é ocupado pela dominação e pela arbitrariedade.

Por fim, Bobbio adverte que as democracias modernas também enfrentam o risco da degeneração, não apenas por rupturas institucionais, mas pela erosão silenciosa dos valores éticos que as sustentam. Quando a participação cidadã enfraquece e a política se torna mera técnica de poder, a democracia degenera em demagogia e perde seu conteúdo moral. A teoria cíclica de Bobbio, portanto, funciona como um alerta: toda forma de governo contém em si o germe de sua corrupção. A preservação da liberdade e da justiça depende da vigilância crítica, da educação cívica e do compromisso ético dos cidadãos. A política, em sua visão, é essencialmente moral, e o destino dos regimes está ligado à virtude cívica e à responsabilidade coletiva.

Sistemas de governo: presidencialismo e parlamentarismo

Norberto Bobbio (1997) retoma a tradição clássica de Aristóteles e Políbio para demonstrar que as formas de governo são realidades históricas sujeitas a transformações, aperfeiçoamentos e corrupções. Para o autor, o poder é um fenômeno dinâmico moldado pelas condições sociais, econômicas e morais de cada época, e o estudo da política deve ir além da mera descrição institucional, considerando também os fatores humanos e éticos que influenciam seu funcionamento. Nenhum regime é permanente: todos passam por ciclos de nascimento, apogeu e declínio, revelando a constante tensão entre estabilidade e mudança que caracteriza a vida política.

Inspirando-se em Aristóteles, Bobbio destaca que os governos podem ser bons ou maus conforme busquem o bem comum ou interesses particulares. As formas puras — monarquia, aristocracia e politeia — podem degenerar, respectivamente, em tirania, oligarquia e demagogia. Essa tendência à corrupção não expressa pessimismo, mas a

consciência de que o poder, quando não controlado por princípios éticos e instituições sólidas, tende a desviar-se de seu propósito. Assim, o autor enfatiza a importância da virtude e da responsabilidade tanto dos governantes quanto dos cidadãos para evitar a degeneração política.

Ao dialogar com Políbio, Bobbio recupera o conceito de *anaciclose*, o ciclo das formas de governo, segundo o qual os regimes se sucedem em um movimento contínuo de ascensão e queda. Essa teoria ilustra a instabilidade inerente ao poder humano e a necessidade de constante renovação institucional e moral. O autor observa que as transformações políticas expressam crises de legitimidade e tentativas de regeneração, e que a corrupção não resulta apenas da ambição dos governantes, mas também da passividade dos governados. A apatia cívica, a perda do senso de responsabilidade e o predomínio do interesse privado são fatores que contribuem para o declínio dos regimes.

Em uma leitura contemporânea, Bobbio adverte que as democracias modernas também enfrentam processos de desgaste e corrupção, manifestos na manipulação da opinião pública, na desigualdade e na descrença institucional. Quando a democracia se reduz a mera técnica de poder, perde seu conteúdo ético e degenera em demagogia. Por isso, o autor defende que a preservação das formas legítimas de governo depende da vigilância crítica, da educação política e da participação cidadã. Sua teoria, portanto, ultrapassa a simples classificação das formas de governo e se torna uma reflexão ética sobre o poder: toda sociedade deve cultivar valores de justiça, liberdade e igualdade para manter viva a democracia e evitar sua decadência.

Regimes políticos: democracia, autoritarismo e totalitarismo

Norberto Bobbio (1997) distingue claramente as noções de formas, sistemas e regimes de governo, ressaltando que, enquanto os dois primeiros tratam da estrutura e distribuição do poder no Estado, os regimes políticos referem-se à maneira como esse poder é exercido e ao grau de participação dos cidadãos nas decisões políticas. Para o autor, o regime político expressa concretamente as relações entre governantes e governados, revelando o nível de liberdade, igualdade e representação existente em uma sociedade. Assim, ele classifica os regimes em democráticos, autoritários e totalitários, conforme o grau de abertura e de participação popular.

A democracia, segundo Bobbio (1997), é o regime em que o poder é legitimado pelo consentimento dos governados e baseado na participação e no respeito às leis. Fundamenta-se no princípio da soberania popular e busca conciliar liberdade individual, igualdade jurídica e representação política. Seu funcionamento depende de instituições sólidas, eleições livres, pluralismo partidário e respeito aos direitos fundamentais. Contudo, Bobbio adverte que a democracia é um sistema imperfeito e sempre em construção, vulnerável à apatia cívica e às desigualdades sociais. Ele afirma que “a democracia é um regime de regras do jogo e não de resultados”, ou seja, seu valor está mais no processo participativo do que nos resultados alcançados.

O autoritarismo, por outro lado, caracteriza-se pela concentração do poder em um líder ou grupo restrito, com a limitação das liberdades individuais e ausência de mecanismos eficazes de controle popular. Nesse tipo de regime, a autoridade é exercida de forma hierárquica e a oposição é frequentemente reprimida, embora ainda possa haver certa previsibilidade e instituições formais que mantenham a ordem. Bobbio considera o autoritarismo uma forma intermediária entre a democracia e o totalitarismo, pois, apesar de restringir a liberdade política, conserva algum grau de legalidade e estabilidade institucional.

Já o totalitarismo representa o grau máximo de dominação política, em que o Estado controla todos os aspectos da vida pública e privada dos cidadãos. Para Bobbio (1997), nesse regime “a esfera pública e a esfera privada se confundem”, e o poder busca regular até a consciência e as convicções individuais. Exemplos históricos incluem o nazismo, o fascismo e o stalinismo, nos quais a propaganda, o medo e o controle ideológico foram usados para garantir a obediência e eliminar a pluralidade. O totalitarismo, portanto, nega a liberdade humana e transforma o cidadão em súdito, subordinando a sociedade aos interesses do Estado.

Dessa forma, os regimes políticos — democrático, autoritário e totalitário — diferenciam-se pelo modo como o poder é legitimado, exercido e controlado. A democracia baseia-se no consentimento e na participação popular; o autoritarismo, na centralização e na obediência; e o totalitarismo, no controle absoluto e na supressão da individualidade. Para Bobbio (1997), compreender esses regimes é compreender a luta contínua entre liberdade e poder, entre autonomia e dominação — uma reflexão que permanece essencial para pensar os desafios das democracias contemporâneas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O pensamento de Norberto Bobbio (1997) revela que o poder político é uma construção histórica e ética em constante transformação. Analisar as formas e regimes de governo significa compreender como as sociedades organizam, legitimam e exercem o poder, refletindo seus valores, ideais e contradições. Inspirado na tradição clássica de Aristóteles e Políbio, Bobbio destaca que nenhuma forma política é definitiva, pois todas estão sujeitas à degeneração quando se afastam de seus princípios morais. Assim, a política é entendida como um campo de tensão entre o ideal e o real, onde a legitimidade depende tanto das instituições quanto da virtude cívica dos cidadãos.

Ao discutir as formas de governo, o autor mostra que a passagem da monarquia para a república representou uma mudança profunda na concepção de autoridade, ao afirmar a soberania popular e a responsabilidade coletiva. Contudo, alerta que até mesmo a república pode corromper-se quando o poder se dissocia do interesse público. Do mesmo modo, os sistemas presidencialista e parlamentarista revelam diferentes tentativas de equilibrar o poder, mas sua eficácia depende da maturidade política e da participação social.

A análise dos regimes políticos — democracia, autoritarismo e totalitarismo — evidencia que o grau de liberdade e de participação cidadã define a qualidade do governo.

Bobbio defende que a democracia é a forma mais legítima de organização política, mas adverte que sua sobrevivência depende da ética, da educação e do engajamento cívico. Sem esses elementos, ela se reduz a mera técnica de dominação, abrindo espaço para o autoritarismo e a manipulação.

Em síntese, as reflexões de Bobbio permanecem essenciais para compreender os desafios da política contemporânea, marcada por crises de legitimidade, polarização e perda de confiança nas instituições. Ele recorda que preservar a democracia exige vigilância, crítica e compromisso ético com a liberdade e a justiça social. A verdadeira estabilidade política não reside apenas nas leis, mas na consciência moral dos cidadãos. Assim, o legado de Bobbio reafirma que o poder é transitório, mas a responsabilidade ética e a defesa da democracia são tarefas permanentes de toda sociedade.

REFERÊNCIAS

- ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ARISTÓTELES. **A política**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- BOBBIO, Norberto. **A teoria das formas de governo**. 9. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.
- BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.
- DAHL, Robert Alan. **Democracy and its critics**. New Haven: Yale University Press, 1989.
- DAHL, Robert Alan. **Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo: Edusp, 2001.
- HELD, David. **Modelos de democracia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- HOBBS, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo civil**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- MONTESQUIEU, Charles de Secondat. **O espírito das leis**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- PLATÃO. **A república**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- POLÍBIO. **Histórias**. Tradução de Mário da Gama Kury. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.
- RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- SARTORI, Giovanni. **A teoria da democracia revisitada**. São Paulo: Ática, 1994.
- SCHUMPETER, Joseph Alois. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.